

Contextualismo, Pragmatismo e Determinação do Sentido

Contextualism, Pragmatism and Determination of Meaning

André Leclerc

Departamento de Filosofia
Universidade Federal do Ceará – UFC, CE
aleclerc@terra.com.br

Resumo: Em *How to Make our Ideas Clear*, o pai do Pragmatismo apresenta um princípio que chamarei de Princípio da Determinação do Sentido, que pode ser formulado assim: *A raiz de qualquer distinção no pensamento e no sentido das expressões linguísticas se encontra nos seus efeitos sensíveis, em nossas práticas e atividades.* Peirce é um dos fundadores da Nova Lógica, mas ele não seguiu o caminho dos filósofos da linguagem da corrente lógica (Frege, Russell, Carnap, Tarski etc.). Esses filósofos adotam uma perspectiva “top-bottom” em relação à semântica. A semântica deve ser desenvolvida paralelamente à sintaxe, e os problemas encontrados na semântica são relegados à pragmática (ao famoso “*pragmatic waste basket*”). Recentemente, os filósofos da linguagem inverteram esta perspectiva: é a semântica que deve responder à pragmática, como afirma Brandom, e, com ele, os contextualistas em filosofia da linguagem (Charles Travis, François Recanati, Anne Bezuidenhout, Julius Moravcsik, Putnam etc.). Peirce pode ser apresentado como o primeiro filósofo a defender essa perspectiva “bottom-top” na semântica filosófica.

Há anos que Travis e Recanati multiplicam os exemplos ilustrando o princípio de Peirce. Nosso objetivo é mostrar como o sentido ou conteúdo de nossas enunciações (“o que é dito”) é determinado *em contexto* e depende de nossas atividades e práticas, apresentando vários exemplos. Veremos como a leitura de mente (*Mindreading*) e a estrutura em planos de nossas atividades contribuem para fixar o sentido das palavras. Mostraremos também como o Princípio de Acessibilidade de Recanati faz eco à ideia de Peirce. O princípio em questão diz que a proposição efetiva e corretamente compreendida em contexto é sempre aquela que é diretamente acessível à consciência do falante-ouvinte.

Palavras-chave: Contextualismo. Determinação do sentido. Filosofia da linguagem. Pragmatismo.

Abstract: In *How to Make our Ideas Clear*, Charles S. Peirce presents a principle that I shall call the Principle of the Determination of Meaning. Its wording could be as follows: *The root of any distinction in thought or in the meaning of linguistic expressions is to be found in their sensitive effects, in our practices and activities. Peirce is one of the founders of the New Logic, but he didn't follow the path chosen by the language philosophers of the logical trend (Frege, Russell, Carnap, Tarski, etc.). These philosophers adopted a top-to-bottom perspective in semantics; in that perspective semantics must be developed in parallel with syntax, and the problems we face in semantics are relegated to pragmatics (the notorious “pragmatic waste basket”). Recently,*

many philosophers of language inverted that perspective: it is semantics that must answer to pragmatics, as Brandom says, and with him the Contextualists in the philosophy of language (Charles Travis, François Recanati, Anne Bezuidenbout, Julius Moravcsik, Hilary Putnam, etc.). Peirce might be presented as the first philosopher to defend that “bottom-to-top” perspective in philosophical semantics.

For many years Travis and Recanati multiplied examples illustrating Peirce’s Principle. My aim in this paper is to show, through the presentation of many examples, how the meaning or the content of our utterances (“What Is Said”) is determined in context and depends on our activities and practices. I will show how Mindreading and the structure of Plan that organizes our activities make a contribution in determining a specific meaning for the words used in context. I will also show how Recanati’s Principle of Availability echoes Peirce’s Principle. Recanati’s Principle says that the proposition actually and correctly understood in context is always the one which is directly and consciously accessible to the speaker-hearer.

Key Words: *Contextualism. Determination of meaning. Philosophy of language. Pragmatism.*

Meu objetivo é muito simples: destacar um princípio que aparece pela primeira vez na obra de Charles S. Peirce, e mostrar a atualidade desse princípio na filosofia da linguagem contemporânea, particularmente na corrente chamada hoje de “contextualismo”. Podemos chamar o princípio em questão de “Princípio da Determinação do Sentido”:

(PDS): A raiz de qualquer distinção no pensamento e no sentido das expressões linguísticas se encontra nos seus efeitos sensíveis, em nossas práticas e atividades.¹

Depois de Peirce, sempre sem mencioná-lo, vários filósofos – o Wittgenstein das *Investigações*, Austin e sua “*context-sensitive semantics*”, John Searle e sua teoria do *Background*, Robert Brandom e sua tese de que a semântica deve responder à pragmática (e não o contrário), e finalmente Charles Travis e François Recanati –, adotam uma postura muito semelhante à de Peirce na teoria do significado para as línguas naturais. O conteúdo de uma enunciação, “o que é dito” num contexto determinado, é sempre fixado por fatores contextuais, pelo conhecimento amplamente compartilhado de regularidades naturais e sociais, de maneiras-padrão de fazer ou padrões de correção, por nossas ações e atividades, nossas intenções e expectativas.

1 Em “How to make our Ideas Clear”, Parte II, Peirce escreve: “Now, the identity of a habit depends on how it might lead us to act, not merely under such circumstances as are likely to arise, but under such as might possibly occur, no matter how improbable they may be. What the habit is depends on **when** and **how** it causes us to act. As for the **when**, every stimulus to action is derived from perception; as for the **how**, every purpose of action is to produce some sensible result. Thus, we come down to what is tangible and practical, as the root of every real distinction of thought, no matter how subtle it may be; and there is no distinction of meaning so fine as to consist in anything but a possible difference of practice.”

Sem esse conhecimento, sem a capacidade de reconhecer as intenções e expectativas dos locutores, o sentido de nossas palavras ficaria solto e só geraria mal-entendidos. É o que tentarei ilustrar a seguir, depois de algumas observações preliminares.

* * *

Como uma partida de futebol, a filosofia da linguagem contemporânea desenvolveu-se em dois tempos. Primeiro tempo: a *corrente lógica* ou filosofia das linguagens ideais (arregimentadas), proposta por lógicos e matemáticos como Frege, Russell, Church, Tarski, Montague, e filósofos como Carnap e outros interessados no estudo das linguagens arregimentadas da ciência. Esses filósofos consideravam a linguagem comum (*ordinary language*) como imprópria para a investigação científica e a teorização sistemática em razão de suas ambiguidades (sintáticas e semânticas), e de outros fenômenos como a polissemia, a vagueza, os graus de gramaticalidade, elipses, usos não literais, incompletude (ou caráter fragmentário de certas enunciações), ou insensatezes literais (como “Amizade tem posto!” – o famoso slogan da Shell), e usos não declarativos (ordens, promessas, questões etc.). A *dependência contextual* é inexistente nas linguagens formais e arregimentadas da ciência pura. A indexicalidade já é inevitável (na verdade indispensável) nas ciências aplicadas, mas as ciências puras não contêm indexicais ou demonstrativos. O conhecimento da semântica dos termos teóricos e observacionais precisa ser muito bem compartilhado pelos membros das comunidades científicas, porque, senão, as teorias poderiam ser interpretadas de diversas maneiras e os testes não seriam concludentes. Por isso o vocabulário teórico e observacional das teorias científicas precisa ser introduzido através de definições. Definir é delimitar, isto é, delimitar as condições de aplicação de um termo, e existem várias maneiras de fazer isso: definições explícitas (reais, nominais, disjuntivas políticas, analíticas, operacionais, descritivas, estipulativas, parciais – frases de redução –, ou meras explicações *à la Carnap*), ou enfim definições implícitas. A semântica vero-condicional elaborada por Tarski e Carnap é uma das grandes heranças dessa corrente lógica. Nas linguagens arregimentadas, o conteúdo vero-condicional de um enunciado é *estável*, não varia de um locutor para outro, de um contexto para outro (com a exceção de frases contendo indexicais e demonstrativos). Cada frase declarativa de uma linguagem arregimentada tem condições de verdade que a semântica dessa linguagem lhe atribui *de uma vez por todas*. Os portadores das propriedades semânticas são os tipos (*types*), e não os exemplares do tipo (*tokens*). Os exemplares (*tokens*) herdaram simplesmente, sem alteração, as propriedades semânticas dos tipos (*types*). As instâncias do esquema-T da semântica clássica (a famosa convenção-T de Tarski) consideram *tipos*; mas, a aplicação da convenção-T nas línguas naturais faz sentido somente quando podemos garantir que o significado é sempre o mesmo do lado direito do bi-condicional. Mas isso raramente acontece. Seja a frase “João fez uma caminhada”. Pela convenção-T, temos:

(T) “João fez uma caminhada” é verdadeira se e somente se João fez uma caminhada.

Uma frase-T como esta, a princípio, exhibe o conhecimento que um locutor competente tem das condições de verdade da frase mencionada em virtude exclusivamente de seu conhecimento das convenções linguísticas relativas ao significado lexical e da

maneira como os significados combinam para formar expressões complexas providas de sentido. O problema é que a frase em questão, quando usada, pode determinar condições de verdade distintas em contextos distintos. “João fez uma caminhada” será entendida diferentemente num contexto em que João é um adulto saudável (ele andou alguns quilômetros para manter a forma), de outros contextos em que João é um bebê de 10 meses (ele deu seus primeiros passos na vida), ou em que João é um idoso no hospital tentando se recuperar de uma doença grave, ou em que João é um atleta que passou recentemente por uma cirurgia no joelho etc. Para ser entendida corretamente, a frase deve ser entendida diferentemente em cada contexto de uso. Assim, a frase-T não ensina muito sobre o significado da frase mencionado nem sobre o conhecimento que um locutor competente tem dela.

O segundo tempo corresponde à segunda metade do século XX: a filosofia da linguagem comum (*ordinary language philosophy*) proposta por G. E. Moore, Wittgenstein, J. L. Austin, John Searle, e mais recentemente por Charles Travis, François Recanati, Julius Moravcsik e Anne Bezuidenhout.² Peirce, na verdade, deveria vir em primeiro lugar nessa enumeração; ele contribuiu na fundação na lógica clássica (com a famosa Lei de Peirce no cálculo proposicional), mas sua semiótica está voltada, sobretudo e antes de qualquer coisa, para o uso corriqueiro da linguagem. Esses filósofos da linguagem comum promoveram uma sólida reação contra a desvalorização da linguagem comum na corrente lógica. Essa reação consistiu em destacar os seguintes pontos: 1) a linguagem comum constitui o meio universal da primeira experiência semiótica de todos os falantes-ouvintes do mundo; 2) a construção de uma linguagem ideal é feita numa metalinguagem, e às vezes precisamos subir na hierarquia até uma meta-metalinguagem, mas a metalinguagem última é sempre a linguagem comum. Como algo tão valioso como uma linguagem ideal poderia ser construído num solo tão “impróprio”?; 3) a linguagem comum tem sempre uma capacidade expressiva muito superior à de qualquer linguagem formal, e 4) a linguagem comum representa o depósito de séculos de sabedoria e todas as distinções sutis contidas nela passaram o teste evolutivo, resistiram à prova do tempo que costuma descartar o que é inútil ou redundante.

A semântica procura ser uma representação teórica da capacidade dos falantes-ouvintes para produzir e entender sistematicamente um número potencialmente infinito de frases bem formadas e sensatas de tal maneira que o significado de qualquer expressão complexa depende do significado de suas partes e da maneira como elas se combinam. Na semântica clássica, elaborada na corrente lógica, uma frase declarativa expressa uma proposição ou pensamento quando suas partes são significativas e são combinadas corretamente. Uma frase considerada como tipo (*type*) tem condições de verdade independentemente do contexto de uso e o pensamento que ela expressa é precisamente o pensamento de que as suas condições de verdade são satisfeitas (FREGE, *Leis básicas da aritmética*, v. 1, seção 32). A genial ideia de

2 Ver as obras recentes de Charles Travis: *The Uses of Sense: Wittgenstein's Philosophy of Language*. Oxford: Oxford University Press, 1987; também: *Unshadowed Thought*. Cambridge (MA): Harvard University Press, 2000; RECANATI, François. *Literal Meaning*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004; MORAVCSIK, Julius. *Meaning, Creativity, and the Partial Inscrutability of the Human Mind*. Stanford: CSLI Publications, 1998; BEZUIDENHOUT, Anne. “Truth-Conditional Pragmatics”. *Philosophical Perspectives*, v. 16, p. 105-134, 2002.

Frege, a de condições de verdade, foi retomada por Wittgenstein, que estabeleceu, pela primeira vez, uma relação analítica entre compreensão linguística e conhecimento das condições de verdade: compreender uma frase é saber o que é o caso se ela for verdadeira (WITTGENSTEIN, *Tractatus*, 4.024).

Na filosofia da linguagem comum, os portadores das propriedades semânticas são exemplares de tipo (*tokens*) produzidos por locutores em contexto, são atos de fala do tipo dos atos ilocucionários. O conteúdo vero-condicional (a proposição expressa) ou a compreensão que temos de uma frase depende de vários fatores contextuais e pode variar de um contexto de uso para outro, *mesmo quando as frases em questão não contêm indexicais ou demonstrativos*. Assim, os exemplares de uma mesma frase-tipo podem, de acordo com o contexto, determinar diferentes condições de verdade. Alguns exemplos ajudarão a perceber melhor este fenômeno que representa um contraste importante entre duas maneiras de conceber a semântica das línguas naturais:

- 1) André pegou o vírus (Recanati);
- 2) Há muito café sobre a mesa (Putnam);
- 3) Há leite na geladeira (Travis);
- 4) Tem água na geladeira? (Bezuidenhout);
- 5) Joguei baseball esta tarde (Bezuidenhout);
- 6) Tenho dois filhos (Recanati);
- 7) Já tomei café da manhã (Recanati);
- 8) Quero água, por favor!
- 9) João tomou a pílula.

Todas essas frases são singelas, corriqueiras, mas as enunciações de cada uma delas podem determinar condições de verdade (ou “compreensões”, como diz Travis) bem diferentes de um contexto de uso para outro. “André pegou o vírus” poderia ser entendida como determinando as seguintes condições de verdade: a frase é verdadeira se e somente se André está de cama com febre, ou tomando remédios, consultando médicos etc. Mas se André é um especialista em epidemiologia enviado pelo Governo a uma zona contaminada para recolher uma amostra de um vírus perigoso, vamos entender que ele foi bem-sucedido na sua missão. 2) pode ser entendida em pelo menos três maneiras diferentes: Há um garrafão de café sobre a mesa e xícaras ao redor – aqui uma enunciação de 2) poderia ser uma descrição literal da situação e um convite indireto a se servir. Numa situação bastante diferente, há sacos cheios de grãos de café sobre a mesa – aqui uma enunciação de 2) poderia ser uma descrição literal da situação e uma ordem indireta de carregar um caminhão com aqueles sacos; e finalmente, numa situação em que alguém derramou café sobre a mesa, uma enunciação de 2) poderia contar como uma descrição literal da situação e como um pedido indireto de limpar uma poça de café. De novo, nos três casos, o conteúdo vero-condicional de cada enunciação é distinto e se adapta cada vez a uma situação particular. “Há leite na geladeira” tem uma interpretação simples e direta (há um litro de leite na geladeira); mas se tiver uma poça de leite derramado no fundo da geladeira, uma enunciação de 3) poderia contar como uma

descrição literal da situação e como uma crítica indireta dirigida a alguém que, supostamente, acaba de lavar a geladeira, num contexto em que a geladeira deveria estar vazia e limpa. 4) será compreendida diferentemente no caso de uma criança que brincou a tarde toda debaixo do Sol e que entra na casa pedindo água, e no caso de um técnico consertando uma geladeira querendo ter certeza que não há água pingando nela e podendo causar um curto-circuito. 5) será entendida diferentemente, pronunciada por um jogador profissional da *Major League Baseball* ou por uma criança que jogou no quintal com seu pai e seu cachorro sem seguir as regras das grandes ligas. 6) expressa normalmente a proposição de que tenho *exatamente* dois filhos, enquanto, na semântica clássica, deveria expressar a proposição de que tenho *pelo menos* dois filhos. 7) expressa normalmente a proposição de que tomei café da manhã *hoje*, enquanto, na semântica clássica, expressaria a proposição de que (ou é compatível com uma situação na qual) tomei café da manhã *pelo menos uma vez na vida*. 8) pronunciada por mim num restaurante significa o mesmo que “quero água *potável*”; mas isso não importa quando peço um balde d’água a minha vizinha para lavar algumas roupas. 9) deve ser compreendida de uma maneira se João (uma criança) engoliu a pílula para imitar seu pai, e de outra maneira se ele pegou a pílula e saiu correndo com ela.

O que esses exemplos mostram é que os significados nas línguas naturais não podem ser tratados como os significados nas linguagens formais. Jonathan Cohen³ usou a seguinte comparação para deixar clara essa distinção entre os significados de uma língua artificial e os significados de uma língua natural: os primeiros são como tijolos que se combinam de acordo com regras rígidas, enquanto os segundos são como sacos de areia, que se ajustam uns com os outros na construção de uma parede. Nas linguagens formais ou arregimentadas, o vocabulário é introduzido por meio de definições que delimitam as condições de aplicação de um termo; nas línguas naturais, os significados são “potenciais semânticos” ou “núcleos de sentido” (“*core meaning*”), que precisam ser “modulados” em contexto para determinar condições de verdade *intuitivas*, aquelas que serão efetiva e conscientemente apreendidas pelos falantes-ouvintes do contexto. Este é o Princípio de Acessibilidade, de Recanati, constantemente violado na semântica clássica. Como vimos nos exemplos precedentes, a proposição que a semântica clássica identifica como conteúdo de uma enunciação raramente é a proposição diretamente compreendida pelos falantes-ouvintes no contexto. A palavra “caminhada” tem um núcleo de significado (algo como “se locomover com as pernas na posição apropriada”); ela é modulada para se ajustar ao contexto. Quando uma mãe diz para seu filho que chora e grita em razão de um pequeno corte na ponta do dedo: “Oh, você não vai morrer!”, a proposição intuitiva expressa não é a de que o filho é eterno, e sim que ele não vai morrer *por causa do corte*. Aqui, como nos exemplos anteriores, a semântica lógica clássica dá o resultado errado. A saída clássica é jogar os problemas para a pragmática. Se os significados nas línguas naturais fossem tijolos que se combinam rigidamente, as condições de verdade raramente seriam intuitivas (aquelas efetivamente processadas e diretamente compreendidas pelos falantes-ouvintes), e a pragmática deveria apelar

3 COHEN, Jonathan. “How Is Conceptual Innovation Possible?”, *Erkenntnis*, v. 25, p. 221-238, 1986.

constantemente para processos inferenciais complexos e inconscientes para explicar como o ouvinte consegue identificar a significação do locutor (*speaker's meaning*).

Se os significados são tão instáveis, como conseguimos comunicar? Afinal, a filosofia da linguagem tem entre outras missões centrais a de explicar o sucesso da comunicação. É aqui que entra em jogo o Princípio da Determinação do Sentido introduzido por Peirce, mas também presente e operando implicitamente em Wittgenstein, Austin, Searle e outros. Os significados nas línguas naturais são potenciais semânticos que aplicamos em novas situações quando essas são *suficientemente similares às situações anteriores de uso da mesma palavra ou frase*. Em cada contexto de uso, a palavra expressa um sentido (*Sinn*) determinado que resulte de uma modulação por fatores contextuais específicos. Essa tese da plasticidade do sentido é atestada pelos inúmeros exemplos fornecidos pelos contextualistas nas duas últimas décadas; os exemplos que apresentei são apenas uma pequena amostra desse fenômeno. O uso das palavras, portanto, pressupõe sempre juízos de similaridade, como Travis, Putnam e Recanati têm observado em várias ocasiões. A capacidade de fazer juízos de similaridade não é algorítmica. Mas ela é essencial para associar uma situação concreta com um tipo de situação, como na teoria da verdade de Austin.

A teoria de Austin, uma das mais importantes concepções da verdade elaborada no século XX, é a única que leva em consideração o fenômeno da plasticidade do sentido. Ela é, portanto, a mais adequada para a semântica das línguas naturais e deve ser preferida à de Tarski (*pace* Davidson). Austin destaca dois tipos de convenções: as convenções *descritivas*, que estabelecem correlações entre as palavras e *frases* (consideradas como *tipos*) e *tipos* de situação, objeto, evento, fato etc. que podem ser encontrados no mundo; e as convenções *demonstrativas* que estabelecem correlações entre as palavras usadas numa *asserção* (*statement*) e a situação histórica ou efetiva, ou evento, fato, objeto etc. determinado pelo contexto de enunciação. A frase-tipo “há muitos livros sobre a mesa” fala de livros quaisquer e de uma mesa qualquer; o exemplar deste tipo produzido numa asserção desta frase fala de livros determinados no contexto da fala e de uma mesa determinada no mesmo contexto. Assim, a frase “há muito café sobre a mesa” descreve de modo genérico um tipo de situação envolvendo o café, sem especificar em que estado ele se encontra (líquido, em pó ou em grãos), e uma mesa qualquer. A *asserção* desta frase sempre envolve café num estado determinado e uma mesa determinada. A asserção (um ato ilocucionário sempre realizado num determinado contexto de enunciação) será verdadeira se a situação determinada pelas convenções demonstrativas pertence ao tipo determinado pelas convenções descritivas da frase em questão. Por isso, “Há muito café sobre a mesa” pode ser verdadeira em situações diversas, mesmo quando ela expressa uma proposição diferente em cada caso (ou condições de verdade diferentes). Sempre aplicamos sentidos não específicos em situações específicas.

* * *

A agência (*agency*) é a característica mais central e básica da noção de pessoa. Locutor e interlocutor, os dois heróis da filosofia da linguagem, são, antes de tudo, agentes. Somos constantemente envolvidos em atividades que requerem, na maioria dos casos, a cooperação de outros agentes. Os significados não são tijolos que se combinam de acordo com regras rígidas; *são instrumentos flexíveis que usamos na realização*

de nossos planos. “No começo era a ação”, escreveu Fausto/Goethe, e Wittgenstein concordou (*Sobre a certeza*, parágrafo 402). Condillac uma vez escreveu: “Nous avons communiqué sans le savoir, avant de savoir communiquer” (nós comunicamos sem saber, antes de saber comunicar). Palavras e frases dão pequenas contribuições aos nossos planos. A grande ilusão da semântica clássica quando aplicada às línguas naturais consiste em manter uma perspectiva atomística, em considerar as condições de verdade de frases isoladas. A Teoria dos Atos de Fala, no início, usou o mesmo ângulo de ataque, mas logo depois evoluiu para considerar discursos, conversações. Um plano é um conjunto hierarquicamente estruturado de intenções.⁴ Uma intenção geral (plano) determina um objetivo central e vários futuros passos que necessitam da formação de novas intenções subordinadas a cada etapa, determinando assim uma sequência de ações que permitirá a realização do objetivo central. Os atos de fala que nós realizamos são também partes de planos maiores. Raramente vamos formular uma questão, fazer uma asserção, uma promessa, dar uma ordem ou produzir uma exclamação isoladamente, sem a intenção de contribuir com isso para a realização de nossos planos. Gritar “Ai!” depois de deixar cair algo pesado sobre o pé pode ser uma exceção. Charles Travis parece expressar a mesma ideia: “Nós encaramos as palavras como algo que tem a responsabilidade de servir a certos propósitos, nisso que as consideraremos como tendo dito o que é correto, portanto verdadeiro, somente quando consideramos esses propósitos como servidos adequadamente”.⁵

Qualquer ação ou atividade tem um *critério interno de sucesso* que nós identificamos facilmente quando a ação é “padrão”. O critério interno de sucesso da atividade de jogar xadrez é pôr o rei adversário em xeque-mate; o critério interno de sucesso da ação de abrir uma porta é, simplesmente, conseguir abrir a porta etc. Nossas intenções e ações determinam expectativas. Nós “processamos” expectativas o tempo todo. Não haveria vida social sem isso. É aqui que a leitura de mente (*Mindreading*) entra em jogo. A leitura de mente, a capacidade metarepresentacional de ler (imperfeitamente) o que acontece na mente do interlocutor e de atribuir atitudes proposicionais, é uma das mais importantes pedras de toque do uso corriqueiro da linguagem, como Arnauld de Port-Royal e Donald Davidson (mais de três séculos depois) observaram corretamente. Cito o Grande Arnauld de Port-Royal:

Não se pode refletir tão pouco sobre a natureza da linguagem humana sem reconhecer que ela é inteiramente fundada sobre essa penetração imperfeita da mente dos outros. É por isso que, ao falar, há muitas coisas que não precisamos expressar.⁶

4 Ver BRATMAN, Michael. *Intention, Plans, and Practical Reason*. Stanford: CSLI Publication, 1999, cap. 3.

5 Ver TRAVIS, Ch. “Meaning’s Role in Truth”, *Mind*, v. 105.419, July 1996, p. 463: “We see words as taking responsibility for serving certain purposes, in that we will count them as having said what is correct, so true, only where we count these purposes as (adequately) served.”

6 ARNAULD, Antoine; NICOLE, Pierre [1669-1672]. *La Grande Perpétuité de la foi de l’Eglise catholique sur l’Eucharistie*. Publiée par l’Abbé M***. Paris: Imprimerie de Migne, chez l’éditeur rue d’Amboise, Hors la barrière d’Enfer, 1841 [GP]: «On ne saurait faire tant soit peu réflexion sur la nature du langage humain, qu’on ne reconnaisse qu’il est tout fondé sur cette pénétration imparfaite de l’esprit des autres. Et c’est ce qui fait qu’en

A leitura de mente dá uma contribuição decisiva na fixação do significado das palavras em contexto. Funciona perfeitamente quando a atividade é padrão e quando conhecemos bem a pessoa em questão; é menos eficiente em situações novas e com pessoas desconhecidas. Normalmente, em situações-padrão, percebemos facilmente as expectativas do locutor-agente.

* * *

Imaginemos o seguinte diálogo entre um cliente, que acaba de entrar num restaurante na hora do almoço, e o garçom:

O cliente: – O que você tem hoje?

O garçom: – Tenho dor de cabeça, três pares de sapatos, um Lada que parece uma lata velha, e os *Collected Papers* de Peirce que ainda não tive tempo de ler. Mas pretendo adquirir um Laptop na próxima semana.

O cliente: – Eu quis dizer: “O que posso comer?”

O garçom: – Depende do que seu estômago aguenta.

O cliente (já aborrecido): – Pode pelo menos me trazer um pouco d’água?

O garçom: – É para lavar roupas, tomar banho ou para beber?

Nessa altura, o cliente já saiu faminto, sedento e furioso. Estamos em posição de entender por que a fala do garçom soa tão ridículo. Num restaurante, existem maneiras-padrão de fazer as coisas. O cliente tinha um plano simples: comer e matar a sua sede. Ele tinha o direito de esperar o prato do dia e água potável. Um garçom competente, também locutor competente de sua língua, deveria ter percebido suas expectativas, sabendo que só a comida do restaurante e água potável podiam satisfazê-las. Os clientes de um restaurante têm expectativas que um garçom competente percebe logo (pelo menos se ele quer preservar seu emprego). É assim nos comércios em geral e em qualquer instituição; no trabalho, quando temos ações coletivas e cooperativas a realizar (como construir uma casa), na rua quando alguém pergunta qual o melhor caminho a seguir para chegar a um determinado lugar, ou pergunta simplesmente “Que horas são?”. Se alguém me pede para cortar o bolo, não vou usar um machado; e não se corta uma árvore com bisturi. Wittgenstein insistiu sobre isso: o aprendizado da primeira língua (a língua materna) é inseparável da descoberta do mundo, de suas regularidades naturais e sociais. Aprender a falar é o mesmo que se integrar numa comunidade e participar de todas as suas atividades ou “formas de vida”. Ao desconsiderar essas atividades e formas de vida, nossa linguagem entra de férias, como a linguagem do garçom cuja socialização é certamente deficiente. É a partir desse rico solo que opera o Princípio da Determinação do Sentido avançado por Peirce.

parlant, il y a des choses que nous n’exprimons point» (GP, v. 2, Livre I, p. 81).

REFERÊNCIAS

- ARNAULD, A.; NICOLE, P. (1669-1672). *La Grande Perpétuité de la foi de l'Eglise catholique sur l'Eucharistie*. Publiée par l'Abbé M***. Paris: Imprimerie de Migne, chez l'éditeur rue d'Ambroise, Hors la barrière d'Enfer, 1841. [GP]
- BEZUIDENHOUT, A. (2002). "Truth-Conditional Pragmatics". *Philosophical Perspectives*, 16, p. 105-134.
- BRATMAN, M. (1999). *Intention, Plans, and Practical Reason*. Stanford: CSLI Publication.
- COHEN, J. (1986). "How Is Conceptual Innovation Possible?", *Erkenntnis*, v. 25, p. 221-238.
- MORAVCSIK, J. (1998). *Meaning, Creativity and the Partial Inscrutability of the Human Mind*. Stanford: CSLI Publications.
- PEIRCE, C. S. (1878). "How to make our Ideas Clear". *Popular Science Monthly*, v. 12, January, p. 286-302.
- RECANATI, F. (2004). *Literal Meaning*. Cambridge: Cambridge University Press.
- TRAVIS, Ch. (1996). "Meaning's Role in Truth". *Mind*, v. 105, n. 419, p. 451-466.
- _____ (2000). *Unshadowed Thought*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.
- _____ (2006). *Thought's Footing*. Oxford: Oxford University Press.
- _____ (1987). *The Uses of Sense. Wittgenstein's Philosophy of Language*. Oxford: Oxford University Press.
- WITTGENSTEIN, L. (1967). *Zettel*. Oxford: Blackwell.

Endereço / Address

André Leclerc
Universidade Federal do Ceará – UFC
Instituto de Cultura e Arte – ICA
Av. da Universidade, 2853
Benfica – Fortaleza – CE
CEP 60020-181

Datas de envio: 15-9-2009
Data de aprovação: 23-3-2010